

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
4 - NIRE 41300048436		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376		2 - BAIRRO OU DISTRITO REBOUÇAS		
3 - CEP 80215-900	4 - MUNICÍPIO CURITIBA			5 - UF PR
6 - DDD 041	7 - TELEFONE 3330-3636	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 041	12 - FAX 3333-8834	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL sanepar@sanepar.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME GERMINAL POCA				
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376			3 - BAIRRO OU DISTRITO REBOUÇAS	
4 - CEP 80215-900	5 - MUNICÍPIO CURITIBA			6 - UF PR
7 - DDD 041	8 - TELEFONE 3330-3636	9 - TELEFONE 3330-3014	10 - TELEFONE 3330-3024	11 - TELEX
12 - DDD 041	13 - FAX 3333-8834	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL pocagerminal@sanepar.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	3	01/07/2006	30/09/2006	2	01/04/2006	30/06/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00210-0		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ORLANDO OCTÁVIO DE FREITAS JÚNIOR					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 084.911.368-78		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	289.836.870	289.836.870	289.836.870
2 - Preferenciais	124.245.312	124.245.312	124.245.312
3 - Total	414.082.182	414.082.182	414.082.182
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1160 - Saneamento, Serv. Água e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CAPTACAO, TRAT. E DISTR. DE AGUA E COLETA E TRAT. DE ESGOTO
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
----------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	--	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 9/11/2006	2 - ASSINATURA
-----------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	4.168.002	4.098.230
1.01	Ativo Circulante	380.880	431.782
1.01.01	Disponibilidades	123.850	167.591
1.01.01.01	Caixa e Bancos	4.850	26.632
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	119.000	140.959
1.01.02	Créditos	229.173	235.477
1.01.02.01	Contas a Receber de Clientes, líquido	206.262	213.458
1.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	2.130	4.384
1.01.02.03	Adiantamentos a Empregados	6.346	6.858
1.01.02.04	Outras Contas a Receber	14.435	10.777
1.01.03	Estoques	18.178	19.269
1.01.04	Outros	9.679	9.445
1.01.04.01	Imposto de Renda Diferido	6.793	6.612
1.01.04.02	Contribuição Social Diferida	2.446	2.380
1.01.04.03	Despesas Pagas Antecipadamente	440	453
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	248.559	236.031
1.02.01	Créditos Diversos	248.559	236.031
1.02.01.01	Depósitos Vinculados a ANA	10.338	10.171
1.02.01.02	Depósitos Vinculados a Debêntures	19.900	19.246
1.02.01.03	Depósitos Vinculados a CEF	2.832	1.744
1.02.01.04	Contas a Receber de Clientes, líquido	20.250	20.322
1.02.01.05	Impostos e Contribuições a Recuperar	1.816	1.816
1.02.01.06	Imposto de Renda Diferido	99.915	97.023
1.02.01.07	Contribuição Social Diferida	35.970	34.928
1.02.01.08	Depósitos Judiciais	51.917	48.389
1.02.01.09	Despesas Pagas Antecipadamente	1.478	1.549
1.02.01.10	Outros Créditos	4.143	843
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	0	0
1.03	Ativo Permanente	3.538.563	3.430.417
1.03.01	Investimentos	2.952	2.952
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	2.952	2.952
1.03.02	Imobilizado	3.535.611	3.427.465
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	4.168.002	4.098.230
2.01	Passivo Circulante	381.173	395.402
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	92.158	88.101
2.01.01.01	Financiamentos Internos	78.759	74.482
2.01.01.02	Financiamentos Externos	13.399	13.619
2.01.02	Debêntures	36.450	36.296
2.01.03	Fornecedores	45.776	68.832
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	26.888	23.688
2.01.05	Dividendos a Pagar	143	143
2.01.06	Provisões	49.210	42.442
2.01.06.01	Trabalhistas	31.670	25.518
2.01.06.02	Planos de Aposentadoria e Assist. Médica	17.540	16.924
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	130.548	135.900
2.01.08.01	Contratos de Concessão	4.070	4.058
2.01.08.02	Imposto de Renda Diferido	4.842	4.843
2.01.08.03	Contribuição Social Diferida	1.026	1.025
2.01.08.04	Salários e Encargos Sociais a Pagar	9.011	15.667
2.01.08.05	Juros Sobre o Capital Próprio	85.010	86.573
2.01.08.06	Títulos a Pagar	4.494	4.488
2.01.08.07	Depósitos e Retenções Contratuais	12.797	11.242
2.01.08.08	Convênios com Prefeituras	4.117	3.472
2.01.08.09	Outras Contas a Pagar	5.181	4.532
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.490.388	1.451.224
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	662.939	622.353
2.02.01.01	Financiamentos Internos	662.939	615.728
2.02.01.02	Financiamentos Externos	0	6.625
2.02.02	Debêntures	186.586	194.770
2.02.03	Provisões	370.664	359.920
2.02.03.01	Contingências	125.101	122.980
2.02.03.02	Planos de Aposentadoria e Assist.Médica	245.563	236.940
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	270.199	274.181
2.02.05.01	Contratos de Concessão	89.957	90.546
2.02.05.02	Impostos e Contribuições	12.585	13.613
2.02.05.03	Imposto de Renda Diferido	103.181	104.400
2.02.05.04	Contribuição Social Diferida	19.749	19.996
2.02.05.05	Títulos a Pagar	28.693	29.253
2.02.05.06	Programa Vinculado a ANA	12.154	11.986
2.02.05.07	Adiantamentos de Clientes	2.044	2.228
2.02.05.08	Convênios com Prefeituras	1.836	2.159

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2006	4 -30/06/2006
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.296.441	2.251.604
2.05.01	Capital Social Realizado	831.706	831.706
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	831.706	831.706
2.05.02	Reservas de Capital	647.389	628.614
2.05.02.01	Doações e Subvenções para Investimentos	39.807	37.196
2.05.02.02	Adiantamentos p/Futuro Aumento Capital	607.582	591.418
2.05.03	Reservas de Reavaliação	152.345	154.156
2.05.03.01	Ativos Próprios	152.345	154.156
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	554.796	554.796
2.05.04.01	Legal	40.397	40.397
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	514.399	514.399
2.05.04.07.01	Para Investimentos	514.399	514.399
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	110.205	82.332

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	294.647	927.102	295.812	901.057
3.01.01	Receitas de Água	201.511	634.957	203.154	622.286
3.01.02	Receitas de Esgoto	83.677	264.079	84.338	253.666
3.01.03	Receitas de Serviços	8.535	25.435	7.481	21.780
3.01.04	Outras Receitas	924	2.631	839	3.325
3.02	Deduções da Receita Bruta	(20.882)	(67.874)	(21.906)	(67.644)
3.02.01	COFINS	(17.157)	(55.767)	(17.999)	(55.574)
3.02.02	PASEP	(3.725)	(12.107)	(3.907)	(12.070)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	273.765	859.228	273.906	833.413
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(124.782)	(358.879)	(108.695)	(318.670)
3.04.01	Sistemas de Água	(97.825)	(282.157)	(84.660)	(249.868)
3.04.02	Sistemas de Esgoto e Resíduos Sólidos	(26.957)	(76.722)	(24.035)	(68.802)
3.05	Resultado Bruto	148.983	500.349	165.211	514.743
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(104.934)	(307.692)	(122.000)	(296.255)
3.06.01	Com Vendas	(27.532)	(76.569)	(21.646)	(64.174)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(45.657)	(138.365)	(38.261)	(111.848)
3.06.03	Financeiras	(19.957)	(57.569)	(52.676)	(85.235)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	6.199	20.694	5.982	13.411
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(26.156)	(78.263)	(58.658)	(98.646)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(11.788)	(35.189)	(9.417)	(34.998)
3.06.05.01	Provisão para Contingências	(1.676)	(5.111)	(2.687)	(14.855)
3.06.05.02	Planos de Aposentadoria e Assist.Médica	(9.239)	(27.718)	(5.917)	(17.844)
3.06.05.03	Fiscais e Extraordinárias	(873)	(2.360)	(813)	(2.299)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	44.049	192.657	43.211	218.488
3.08	Resultado Não Operacional	(3.429)	(5.620)	(537)	(1.262)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(3.429)	(5.620)	(537)	(1.262)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	40.620	187.037	42.674	217.226
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(14.558)	(55.156)	(14.918)	(63.941)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	26.062	131.881	27.756	153.285
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	414.082.182	414.082.182	414.082.182	414.082.182
	LUCRO POR AÇÃO	0,06294	0,31849	0,06703	0,37018
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7/8

1. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e, prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 345 sedes municipais operadas, aproximadamente 12,2% dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos; 17,4% vencem de 2007 a 2010; 8,1% vencem de 2011 a 2020 e 62,3% foram renovados, tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Até 30 de setembro de 2006, algumas concessões foram renovadas antecipadamente com os municípios.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 9.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/2001, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todos os valores apresentados nas Informações Trimestrais – ITR, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais são uniformes àquelas dos exercícios e períodos anteriores, apresentadas a seguir:

a) Aplicações Financeiras

São demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente;

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados aos recursos e financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos;

3. Principais Práticas Contábeis -- continuação

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 6;

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados no ativo circulante, ativo realizável a longo prazo, passivo circulante e passivo exigível a longo prazo, em função da expectativa média de realização das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 12. Quando da sua constituição, a Companhia efetuou análises que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

i) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das Informações Trimestrais - ITR, com base nos indicadores e encargos pactuados;

j) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal), e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

k) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando o Estado do Paraná e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 14;

3. Principais Práticas Contábeis -- continuação

l) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (benefício definido para os aposentados até 31 de dezembro de 2000 e os elegíveis naquela data, e contribuição definida para os demais) e um plano de benefício médico para seus empregados ativos e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM 371, conforme demonstrado na nota 20;

m) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais rígidos e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil;

n) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

4. Aplicações Financeiras

São constituídas por fundos de renda fixa e apresentam a seguinte composição:

Instituições	Remuneração (média % do CDI)	30/09/2006	30/06/2006
Bancos Federais	99,05%	71.252	95.925
Bancos Privados	99,94%	47.748	45.034
Totais		119.000	140.959

5. Contas a Receber de Clientes

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2006</u>	<u>30/06/2006</u>
Contas a Receber Vincendas	67.242	72.010
Contas a Receber de Parcelamentos	21.053	20.683
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	<u>43.965</u>	<u>46.871</u>
	132.260	139.564
Contas a Receber Vencidas, líquidas:		
- de 1 a 30 dias	34.824	37.099
- de 31 a 90 dias	15.523	17.387
- de 91 a 180 dias	13.678	12.885
- Mais de 180 dias	<u>30.227</u>	<u>26.845</u>
	94.252	94.216
Total de Contas a Receber, líquidas	<u>226.512</u>	<u>233.780</u>
Curto Prazo	206.262	213.458
Longo Prazo	20.250	20.322

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$20.565 (R\$20.573 em 30/06/2006) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$46.729 (R\$50.952 em 30/06/2006) de Particulares; R\$26.958 (R\$22.691 em 30/06/2006) do setor Estadual e Federal.

b) A movimentação na provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

	<u>30/09/2006</u>	<u>30/06/2006</u>
Saldo no Início do Período	(59.612)	(55.888)
Valores Registrados como Despesa	(3.748)	(3.751)
Baixas, Líquidas das Recuperações	642	27
Saldo no Final do Período	<u>(62.718)</u>	<u>(59.612)</u>

5. Contas a Receber de Clientes -- continuação

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2006</u>	<u>30/06/2006</u>
Clientes Particulares (1)	39.789	38.316
Órgãos do Governo Federal (1)	148	149
Prefeituras Municipais (2)	22.781	21.147
Total	<u>62.718</u>	<u>59.612</u>

(1) Registro contábil das perdas na realização dos créditos de contas vencidas há mais de 180 dias.

(2) É constituída provisão para os créditos vencidos há mais de 2 anos.

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

6. Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

<u>Por Contas</u>			<u>30/09/2006</u>	<u>30/06/2006</u>
<u>Descrição</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação e Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	
Sistemas de Água	1.969.049	(599.720)	1.369.329	1.352.361
Sistemas de Esgoto	1.482.645	(263.732)	1.218.913	1.168.081
Administração	129.211	(80.317)	48.894	47.737
Outras Imobilizações	18.119	(10.729)	7.390	49.634
Direito de Concessão para Uso e Operação de Sistemas	125.120	(20.164)	104.956	105.999
Projetos e Obras em Andamento	769.494	-	769.494	685.002
Estoques para Obras	16.635	-	16.635	18.651
Totais	<u>4.510.273</u>	<u>(974.662)</u>	<u>3.535.611</u>	<u>3.427.465</u>

6. Imobilizado -- continuação

Por Natureza						30/09/2006	30/06/2006
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação Acumulada		Líquido	
				Custo	Reavaliação		
Terrenos	-	43.187	-	-	-	43.187	42.743
Poços	5%	57.101	-	(19.444)	-	37.657	31.019
Barragens	3%	53.780	9.318	(17.056)	(6.177)	39.865	40.153
Construções Civas	2%	822.890	47.092	(151.036)	(21.425)	697.521	669.740
Benfeitorias	2%	4.557	-	(639)	-	3.918	3.576
Tubulações	2,14%	1.527.449	343.091	(253.650)	(141.073)	1.475.817	1.450.805
Ligações Prediais	5%	232.431	-	(96.631)	-	135.800	134.537
Instalações	10%	18.714	-	(9.365)	-	9.349	8.843
Hidrômetros	10%	95.125	-	(37.184)	-	57.941	59.354
Macromedidores	10%	1.284	-	(1.006)	-	278	262
Equipamentos	10%	196.710	-	(101.572)	-	95.138	92.109
Móveis e Utensílios	10%	17.791	-	(11.591)	-	6.200	6.208
Equipamentos de Informática	20%	51.886	-	(32.877)	-	19.009	16.732
Programas de Informática	20%	14.675	-	(10.641)	-	4.034	3.925
Ferramentas	20%	360	-	(294)	-	66	59
Veículos	20%	43.064	-	(29.573)	-	13.491	13.919
Máquinas, Tratores e Similares	25%	16.486	-	(12.541)	-	3.945	2.600
Direito de Uso de Transmissão	10%	182	-	(119)	-	63	68
Projetos e Obras em Andamento	-	769.494	-	-	-	769.494	685.002
Estoques para Obras	-	16.635	-	-	-	16.635	18.651
Direito de Concessão para Uso e Operação de Sistemas (1)	3,33%	125.120	-	(20.164)	-	104.956	105.999
Outras Imobilizações	-	1.851	-	(604)	-	1.247	41.161
Totais		4.110.772	399.501	(805.987)	(168.675)	3.535.611	3.427.465

(1) Do montante acima, R\$120 refere-se ao direito de concessão para coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no município de Cianorte.

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991, cujos saldos em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$230.826 e R\$233.569, respectivamente. A administração da Companhia entende que a manutenção de tais valores é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de reavaliação.

O saldo de projetos e obras em andamento em 30 de setembro de 2006, refere-se a perfuração de poços em 183 localidades e 138 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 72 localidades, no montante de R\$360.963; 178 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 68 localidades, no montante de R\$367.993 e ainda R\$40.538 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia. Os montantes investidos em Projetos, Obras e Imobilizado Técnico no terceiro trimestre de 2006 e 2005, foram de R\$139.088 e R\$106.104, respectivamente.

Durante esse Trimestre foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$12.776 (R\$44.267 no terceiro trimestre de 2005).

7. Empréstimos e Financiamentos

a) A composição de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual		Vencimento Final	30/09/2006	30/06/2006
	Nominal	Indexador			
Repasses do Banestado/Itaú (BID e BIRD):					
· Paraná Urbano – BID (1)	8,85%	TR	2008	1.649	2.622
· Paraná Urbano – BID II (1)	12,50%	-	2014	51.233	44.458
· FDU/PEDU – BIRD (2)	8,85%	TR	2009	23.725	26.865
· PROSAM – BIRD (2)	5,16%	US\$	2007	13.399	20.244
Caixa Econômica Federal – CEF (3)	5,00% a 12,00%	TR	2022	417.081	363.590
Banco do Brasil S/A (4)	7,504%	TR	2014	244.137	248.726
Município de Maringá – CEF/CURA	6,00%	TR	2014	367	374
Empreiteiros – Parcerias (5)	7,25%	TJLP	2010	3.506	3.575
Subtotais				755.097	710.454
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(92.158)	(88.101)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				662.939	622.353

TR = “Taxa Referencial”, taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006, foi de 1,56% (0,98% no primeiro semestre de 2006).

TJLP = “Taxa de Juros de Longo Prazo”, taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. No terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2006, a taxa anual da TJLP foi de 7,50% (8,15% no segundo trimestre findo em 30 de junho de 2006).

US\$ = Dólar Norte Americano, cuja taxa foi de R\$2,1742/US\$1,00 em 30 de setembro de 2006 (R\$2,1643/US\$1,00 em 30 de junho de 2006).

- (1) Banestado/Itaú (Agente Financeiro dos Programas Paraná Urbano – BID e Paraná Urbano – BID II) – empréstimos com recursos oriundos do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e do Sistema de Financiamentos Municipais, cujo Órgão Gestor é o Serviço Social Autônomo - Paranaidade. Os empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. A taxa média ponderada de juros é 8,85% ao ano para o Paraná Urbano – BID e 12,50% ao ano para o Paraná Urbano – BID II, já incluindo a taxa de administração. No Paraná Urbano – BID II, os juros são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de uma margem de 5% ao ano, sendo pagos mensalmente.
- (2) Banestado/Itaú (Agente Financeiro dos Programas FDU/PEDU e PROSAM) - referem-se a empréstimos com recursos oriundos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Estes empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de administração dos contratos FDU/PEDU está incluída na taxa de juros, e a do PROSAM é de 0,20% ao ano.

7. Empréstimos e Financiamentos -- continuação

- (3) Caixa Econômica Federal – formado por 98 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. A taxa média ponderada de juros é de 10,84% ao ano, acrescida da taxa de administração de 1,00% ao ano. Para os contratos de financiamento firmados a partir de 2003, com início de desembolsos em 2004, a taxa de administração anual é de 2,00% mais taxa de risco de 1,7%. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto a Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo atual é de R\$2.832 (R\$1.744 em 30/06/2006), equivalente a um encargo mensal, valor este registrado em depósitos vinculados no Realizável a Longo Prazo.
- (4) Banco do Brasil S.A. – empréstimo relativo ao refinanciamento de dívidas junto a CEF – Caixa Econômica Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelo Estado do Paraná. A taxa de administração é de 0,10% ao ano, acrescida da taxa de juros.
- (5) Empreiteiros – refere-se a 01 contrato com construtora (empreiteira) que executou obras para a Companhia de forma financiada. Em garantias desse contrato foram oferecidos recebíveis da Companhia no montante da dívida para a quitação de eventuais débitos não honrados. A taxa média ponderada de juros é de 7,25% ao ano.

b) Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2006</u>		<u>30/06/2006</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
Saldo no início do Período	88.101	622.353	85.387	575.383
Liberações	-	64.972	-	63.239
Juros e Taxas	16.525	64	15.316	67
Variações Monetárias e Cambiais	-	4.230	-	2.854
Transferências	28.680	(28.680)	19.190	(19.190)
Amortizações	(41.148)	-	(31.792)	-
Saldo no final do Período	92.158	662.939	88.101	622.353

7. Empréstimos e Financiamentos -- continuação

a) Os vencimentos de longo prazo dos financiamentos estão assim distribuídos:

<u>Anos de Vencimento</u>	<u>Setembro de 2006</u>
2007 – outubro a dezembro	17.065
2008	80.274
2009	80.273
2010	83.804
2011	90.846
2012 a 2022	310.677
Totais	662.939

8. Debêntures

Como forma de equacionar suas necessidades de investimentos, a Companhia decidiu fazer no exercício de 2002, a Primeira Emissão de Debêntures, sendo que os recursos provenientes dessa emissão são um importante componente do programa de investimentos para complementar o financiamento do projeto Paranásan, que visa a expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgoto para Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. A emissão dessas debêntures foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2002.

As Debêntures foram emitidas em 15/12/2002 para colocação em 4 séries, com valor nominal unitário de um milhão de reais, sendo: a 1ª série com 95 debêntures, a 2ª série com 55 debêntures, a 3ª série com 50 debêntures e a 4ª série com 20 debêntures, totalizando 220 debêntures no montante total de R\$220.000. As 1ª, 2ª e 3ª séries foram colocadas pela SANEPAR em 20/12/2002, 06/06/2003 e 28/07/2005, respectivamente. As debêntures são do tipo simples, nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, não endossáveis e não conversíveis em ações, com garantia flutuante nos termos do artigo 58 § 1º da Lei 6.404/76 e com garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada proveniente da prestação de serviços de água e esgotamento sanitário.

As debêntures das 1ª, 2ª e 3ª séries serão amortizadas após o período de carência de 36 meses, em 84 parcelas mensais e consecutivas e serão remuneradas a taxa de 3,63% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central. As debêntures da 4ª série proceder-se-á em igual número de parcelas restantes relativas a amortização das 1ª, 2ª e 3ª séries, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente a data de sua colocação. O prazo final para colocação da 4ª série é 30 de junho de 2007. No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder este índice será incorporado ao saldo devedor principal. O percentual de 3,63% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado durante o período de carência foi pago trimestralmente e, a partir de 2006 está sendo pago mensalmente em conjunto com a amortização do principal.

8. Debêntures -- continuação

Sobre as debêntures existem cláusulas contratuais restritivas relativamente aos seguintes índices: índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,5; margem EBITDA maior ou igual a 35%; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Adicionalmente, a Companhia obriga-se a manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das debêntures em circulação, uma reserva de recursos financeiros em valor suficiente para pagamento das 03 próximas parcelas vincendas, de todas as séries, incluindo os valores relativos ao pagamento dos juros remuneratórios. Em 30 de setembro de 2006, esta conta reserva apresentava saldo de R\$19.900 (R\$19.246 em 30/06/2006), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Realizável a Longo Prazo. A Sanepar não poderá realizar qualquer movimentação dos recursos depositados na conta reserva, exceto para o pagamento dos juros e ou amortização das debêntures. Em 30 de setembro de 2006, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão dessas debêntures.

Para estas debêntures existe ainda, cláusula de garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada, cujo valor médio mensal não poderá ser inferior a R\$18.904 (R\$18.904 em 30/06/2006).

As debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	30/09/2006		30/06/2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo no início do Período	36.296	194.770	36.268	202.592
Juros (1)	5.337	-	5.465	-
Variações Monetárias	-	812	-	1.188
Transferências	8.996	(8.996)	9.010	(9.010)
Amortização do Principal	(8.868)	-	(8.831)	-
Pagamento de Juros (1)	(5.311)	-	(5.616)	-
Saldo no final do Período	36.450	186.586	36.296	194.770

- (1) Os juros, a partir de 2006, estão sendo pagos mensalmente e a parcela de juros incorrida no período de 15 a 30 de setembro de 2006, no valor de R\$910 (R\$884 em 30/06/2006), está demonstrada em conjunto com o montante do principal no Passivo Circulante.

9. Contrato de Concessão

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 30 de setembro de 2006 é de R\$94.027 (R\$94.604 em 30/06/2006), sendo R\$4.070 (R\$4.058 em 30/06/2006) registrados no passivo circulante e R\$89.957 (R\$90.546 em 30/06/2006) no passivo exigível a longo prazo.

A Companhia registrou integralmente este valor em seu ativo imobilizado, como um ativo intangível, a ser amortizado nos 30 anos de vigência do contrato, passando a ser parte integrante dos custos relacionados à prestação de seus serviços, para o Município de Curitiba.

10. Impostos e Contribuições

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	30/09/2006	30/06/2006
Imposto de Renda a Pagar	4.503	-
Contribuição Social a Pagar	1.635	-
COFINS a Pagar	5.765	6.307
PASEP a Pagar	1.252	1.369
INSS – Parcelamento (1)	3.790	3.956
CSLL – Parcelamento (2)	13.765	14.542
ISS a Pagar (3)	5.961	5.886
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	2.140	4.578
Outros Tributos a Pagar	662	663
Totais de Impostos e Contribuições	39.473	37.301
Curto Prazo	26.888	23.688
Longo Prazo	12.585	13.613

- (1) Este valor, refere-se aos débitos junto ao INSS que não foram honrados pelas empresas Maison Serviços Técnicos e Profissionais Ltda. e Mercado Construções e Empreendimentos Ltda., e conforme o que estabelece a legislação vigente, a Sanepar foi enquadrada como devedora solidária da referida dívida. O montante original da dívida, de R\$4.596, foi parcelado pela Companhia em 60 parcelas mensais atualizadas pela SELIC, sendo que até 30/09/2006 foram quitadas 25 parcelas.

10. Impostos e Contribuições -- continuação

- (1) Refere-se a transferência do saldo de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Contingencial do período de apuração de 1991, exercício 1992, a qual, por medida judicial, foi parcelada em 96 parcelas mensais atualizadas pela SELIC, das quais 51 parcelas, no montante de R\$14.069, foram pagas até 30/09/2006.
- (1) Este valor, refere-se a dívida ativa da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativo ao ISS incidente sobre a execução de serviços complementares a atividade principal da Sanepar, referente ao período de 1994 a 1998. Esta exigência tributária em 30 de setembro de 2006, atualizada pelo IPCA divulgado pelo IBGE, é composta de R\$2.117 de principal e R\$3.844 de juros e atualizações monetárias.

11. Contingências

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Com relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias, é a seguinte:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão para Contingências	
	30/09/2006	30/06/2006	30/09/2006	30/06/2006
Trabalhistas (1)	39.602	36.194	49.179	45.700
Cíveis (2)	4.508	4.596	28.946	30.749
Ambientais (3)	-	-	3.852	3.852
Tributária – Multa Processo da COFINS (4)	-	-	19.999	19.739
Tributária – Débitos da COFINS (4)	4.472	4.472	4.472	4.472
Tributária – PASEP (5)	-	-	12.452	12.452
Tributária – FGTS (6)	2.962	2.754	3.023	2.838
Tributária – ISS (7)	-	-	3.132	3.132
Outras	373	373	46	46
Totais	51.917	48.389	125.101	122.980

- (1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

11. Contingências -- continuação

- (1) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (2) A Companhia está sendo citada em processos de natureza ambiental, movidos por diferentes entidades, incluindo o IAP – Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estas questões normalmente, quando decididas desfavoravelmente à Companhia, resultam em condenações que obrigam a mesma eliminar o suposto problema ambiental causado, por meio de limpeza da área afetada ou execução de alguma obra para corrigir certos efeitos causados pelas suas operações.

O valor provisionado refere-se, basicamente, a multas e valores arbitrados para os processos em andamento. A Companhia vem adequando-se às normas e exigências previstas na Legislação Ambiental, sempre buscando implementar obras complementares em suas diversas unidades operacionais de sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, com a finalidade de reduzir seu passivo ambiental. As obras ainda não realizadas até 30 de setembro de 2006, estão orçadas em R\$135,0 milhões e serão incorporadas ao imobilizado da Companhia quando da sua realização.

- (3) O montante de R\$4.472 refere-se a parte da COFINS de 1998 não recolhida pela Companhia, depositado judicialmente. O valor de R\$19.999 (R\$19.739 em 30/06/2006), refere-se a multa extraordinária que está sendo discutida judicialmente, relacionada ao processo de parcelamento da COFINS, já quitado. Este valor está sendo atualizado pela SELIC.
- (1) Valor provisionado, referente ao PASEP, apurado em outubro de 2004 a março de 2005 e fevereiro a abril de 2006, que não foi recolhido pela Companhia em função do trânsito em julgado das decisões proferidas nos autos do Processo 2002.70.00.079263-8, o qual reconheceu o direito de compensar os créditos tributários relativos as parcelas vincendas da contribuição ao PIS/PASEP.
- (2) Valor provisionado e depositado judicialmente, referente a ação judicial, em que a Companhia questiona a exigência do recolhimento dos adicionais de 0,50% sobre a folha de pagamento e 10,0% sobre o saldo do FGTS quando da dispensa de empregados sem justa causa.

11. Contingências -- continuação

- (3) Refere-se a ação judicial, em que a Companhia contesta a autuação da Prefeitura Municipal de Marialva quanto a incidência do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre o tratamento do esgoto doméstico inerentes ao período de 01/01/1998 a 30/09/2003, em face da estação de tratamento do esgoto de Maringá estar localizada geograficamente em Marialva.

Contra a Companhia consta também uma ação declaratória requerendo a inexigibilidade da cobrança de taxa de esgoto para os prédios públicos municipais no Estado do Paraná, a qual foi impetrada pela Associação dos Municípios do Paraná, em 16 de setembro de 2002.

Nesta ação, está sendo exigida a devolução de tarifas de esgoto pagas nos últimos 20 anos, em função da autora do processo entender que tal cobrança era ilegal, pois na sua concepção a cobrança de esgoto é efetuada mediante taxa, tendo dessa forma, que ser cobrada e reajustada por meio de Lei. Os consultores jurídicos da Companhia alegam que os esgotos são cobrados como tarifas, e que dessa forma, podem ser cobrados e reajustados pela concessionária, sob fiscalização do poder concedente.

Na opinião dos consultores jurídicos da Sanepar, o processo encontra-se aguardando decisão de mérito, sendo que a probabilidade de perda pode ser classificada como “remota” e, dessa forma, nenhuma provisão foi registrada pela Companhia para fazer face à eventuais perdas com esse processo.

A administração da Companhia instaurou procedimentos de diligência objetivando a análise do cumprimento das cláusulas e termos aditivos do contrato CO 08/2002, visando o exame e análise de possíveis haveres consignados ao referido contrato. A Companhia, observando o disposto no Parecer de Orientação CVM nº 15/87 e Interpretação Técnica nº 03/2002 do IBRACON, não efetuou qualquer registro correspondente a eventuais ajustes decorrentes do procedimento instaurado.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2006		30/09/2005	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	187.037	187.037	217.226	217.226
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(46.759)	(16.833)	(54.306)	(19.550)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	6.865	2.471	6.788	2.444
Subvenções e Doações Recebidas de Terceiros	(867)	(312)	(742)	(267)
Incentivos Fiscais (1)	788	-	1.141	-
Outros	(491)	(18)	181	370
Total da Despesa	(40.464)	(14.692)	(46.938)	(17.003)
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(55.156)		(63.941)	

- 1) Refere-se a aplicações em projetos de caráter cultural e artístico no valor de R\$459 (R\$864 em 30/09/2005), conforme Lei 8.313/91 e ao programa de alimentação do trabalhador no valor de R\$329 (R\$277 em 30/09/2005), de acordo com o Decreto 3.000 de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2006	30/09/2005
Imposto de Renda	(54.617)	(75.262)
Contribuição Social	(19.249)	(25.001)
Realização do Imposto de Renda Diferido	14.153	28.324
Realização da Contribuição Social Diferida	4.557	7.998
Totais	(55.156)	(63.941)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social -- continuação

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	30/09/2006	30/06/2006
					Total	Total
BASES ATIVAS						
Plano de Aposentadoria e Plano Médico	15 anos	263.103	65.776	23.679	89.455	86.314
Encargos Moratórios Parcelamentos – COFINS	5 anos	1.350	338	122	460	460
Encargos Moratórios Parcelamentos – CSLL	5 anos	13.765	3.441	1.239	4.680	4.945
Encargos Moratórios sobre Contingências	5 anos	40	10	4	14	13
Diferença de Multa e Encargo Legal – COFINS	5 anos	13.992	3.498	1.259	4.757	4.669
FGTS – Depósitos Judiciais	5 anos	3.023	756	272	1.028	964
COFINS – Depósitos Judiciais	5 anos	4.472	1.118	403	1.521	1.521
Contingências Ambientais, Cíveis e Trabalhistas	5 anos	78.243	19.561	7.042	26.603	26.033
ISS – Prefeitura Municipal de Marialva	5 anos	3.132	783	282	1.065	1.065
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	27.297	6.824	2.457	9.281	8.725
PASEP – Suspensão por Medida Liminar	2 anos	12.452	3.113	1.121	4.234	4.233
ISS – Prefeitura Municipal de Curitiba	1 ano	5.961	1.490	536	2.026	2.001
			106.708	38.416	145.124	140.943
Parcela de Curto Prazo			(6.793)	(2.446)	(9.239)	(8.992)
Parcela de Longo Prazo			99.915	35.970	135.885	131.951
BASES PASSIVAS						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	26 anos	201.267	50.316	-	50.316	50.850
Reserva de Reavaliação	21 anos	230.827	57.707	20.775	78.482	79.414
			108.023	20.775	128.798	130.264
Parcela de Curto Prazo			(4.842)	(1.026)	(5.868)	(5.868)
Parcela de Longo Prazo			103.181	19.749	122.930	124.396

b) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura dos Créditos e Débitos, é a seguinte:

	Ativo Fiscal Diferido		Passivo Fiscal Diferido	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
2007	6.793	2.446	4.842	1.026
2008	8.416	3.030	4.842	1.026
2009	12.127	4.366	4.842	1.026
2010	5.073	1.826	4.842	1.026
2011	30.449	10.961	4.842	1.026
2012 a 2014	13.155	4.736	14.527	3.078
2015 a 2017	13.155	4.736	14.527	3.078
2018 a 2020	13.155	4.736	14.527	3.078
2021 a 2023	4.385	1.579	14.527	3.078
2024 a 2026	-	-	14.530	3.076
2027 a 2029	-	-	6.691	257
2030 a 2032	-	-	4.484	-
Total	106.708	38.416	108.023	20.775

13. Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 414.082.182 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 124.245.312 ações preferenciais (mesma posição em 30/06/2006) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no País e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2006 é de R\$4,08 (R\$4,01 em 30 de junho de 2006).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2006 é de R\$831.706, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	60,0	43.475.530	35,0	217.377.652	52,5
Dominó Holdings S/A	115.106.273	39,7	28.776.568	23,2	143.882.841	34,7
Prefeituras Municipais	-	-	2.398.100	1,9	2.398.100	0,6
Investidores Estrangeiros	-	-	19.468.235	15,7	19.468.235	4,7
Demais Investidores	828.475	0,3	30.126.879	24,2	30.955.354	7,5
Totais	289.836.870	100,0	124.245.312	100,0	414.082.182	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no terceiro trimestre de 2006, transferindo-se para Lucros Acumulados, líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social, o montante de R\$1.811 (R\$1.809 no mesmo trimestre do ano anterior). A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado, objeto das reavaliações.

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal e da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio (dividendos).

13. Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital -- continuação

c) Reserva para Plano de Investimentos -- continuação

Os investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário, reprogramados em maio de 2006, para o exercício de 2006, estão apresentados como segue:

<u>Programas</u>	<u>Previsto em 2006</u>		<u>Realizado até setembro/2006</u>		<u>Realizado / Previsto</u>
	<u>Recursos Próprios</u>	<u>Outras Fontes</u>	<u>Recursos Próprios</u>	<u>Outras Fontes</u>	<u>Total</u>
Implant. e Ampl dos Sistemas Água e Esgoto	62.381	218.186	124.361	178.975	108%
Resíduos Sólidos	200	-	131	-	66%
Infra-estrutura	15.000	-	7.837	-	52%
Proteção e Preservação Ambiental	135	-	498	-	369%
Saneamento Rural	5.000	-	3.656	-	73%
Ampliação Redes e Ligações e Investimentos Operacionais	56.866	23.017	31.144	6.492	47%
TOTAL	139.582	241.203	167.627	185.467	93%

Do montante total de recursos próprios, previstos para investimentos no exercício de 2006, R\$136.590 corresponde a Reserva para Plano de Investimentos, aprovada na 42ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2006.

O investimento de R\$167.627 realizado até setembro de 2006 com recursos próprios, é composto de R\$116.799 de Reserva para Plano de Investimentos constituída em 2005 e R\$50.828 da geração de caixa de janeiro a setembro de 2006.

d) Lucros Acumulados

	<u>30/09/2006</u>	<u>30/06/2006</u>
Saldo no início do Período	82.332	59.592
Realização da Reserva de Reavaliação, Líquidas	1.811	2.168
Resultado do Período	26.062	48.032
Juros sobre Capital Próprio	-	(27.460)
Saldo no final do Período	110.205	82.332

e) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros Sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação, 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

1. Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital -- continuação

e) Remuneração aos Acionistas -- continuação

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas, e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários, como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 31 de dezembro de 2005, foi creditado aos acionistas Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$54.028, calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. A 42ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2006, aprovou a distribuição dos Juros. A partir do dia 23/06/2006, iniciou-se o pagamento dos mesmos, sendo que até 30/09/2006, o montante de R\$22.261 já havia sido quitado.

Os Juros sobre o Capital Próprio por ação, creditados em 31 de dezembro de 2005, corresponderam a R\$0,1267 para as ações ordinárias e R\$0,1394 para as ações preferenciais, bruto do imposto de renda na fonte.

A administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a 5ª/2006 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 21 de junho de 2006, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio, com base nos resultados apurados no 1º semestre, findo em 30/06/2006. O valor bruto dos juros sobre o capital próprio calculados para o primeiro semestre de 2006 foi de R\$27.460, calculados na forma do Estatuto Social e Legislação Societária, sendo retido o valor de R\$1.853 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Os Juros sobre o Capital Próprio por ação, creditados em 30/06/2006, correspondem a R\$0,0644 para as ações ordinárias e R\$0,0708 para as ações preferenciais, bruto do imposto de renda na fonte. Estes valores serão pagos após a realização da Assembléia Geral Ordinária que deverá ocorrer até o mês de abril de 2007.

O montante total de R\$85.010 registrado no passivo circulante como Juros sobre o Capital Próprio em 30 de setembro de 2006, líquido do imposto de renda na fonte, inclui R\$73.306 do acionista Estado do Paraná, R\$8.032 do acionista Dominó Holdings S.A., R\$3.300 de outros acionistas e R\$372 relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

13. Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital -- continuação

f) Reserva Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

g) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

A composição dos créditos para Futuro Aumento de Capital em 30 de setembro de 2006, é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2006</u>
Empréstimos e Financiamentos	
Paranásan – Contrato sub empréstimo – Estado/JBIC	185.051
Paranásan – Acordo Formal - Estado do Paraná	156.159
Outros – Acordo Formal - Estado do Paraná	25.810
Total de Empréstimos e Financiamentos (1)	367.020
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (2)	17.608
Paranásan – Liberações ocorridas em dezembro de 2003 (3)	12.755
Paranásan – Liberações ocorridas em 2004 (3)	43.811
Paranásan – Liberações ocorridas em 2005 (3)	24.295
Remuneração em 2005 (4)	89.088
Saldo Total Constituído até 31/12/2005	554.577
Paranásan – Liberações ocorridas de janeiro à setembro de 2006 (3)	18.653
Remuneração de janeiro à setembro de 2006 (4)	34.352
Total	607.582

- (1) Saldo de Empréstimos e Financiamentos, transformado em Créditos para Futuro Aumento de Capital, conforme Termo de Resilição celebrado entre a Sanepar e o Estado do Paraná em 18 de dezembro de 2003.
- (2) Saldo de dividendos/juros sobre o capital próprio decorrente do encontro de contas realizado, em 15 de dezembro de 2003, entre a Sanepar e o Estado do Paraná. Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2002, no valor de R\$34.743, possibilitaram a quitação de débitos relativos a faturas de água e esgoto, no montante de R\$17.135, e o saldo remanescente de R\$17.608, a favor do Estado do Paraná, foi transferido para a conta de Créditos para Futuro Aumento de Capital.

1. Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital -- continuação

g) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital -- continuação

- (3) Recursos repassados pelo Estado do Paraná à Sanepar, na forma do acordo de empréstimo BZ-P13, firmado entre o Estado do Paraná e o “JBIC – Japan Bank for International Cooperation”. Estes valores foram registrados diretamente como Créditos para Futuro Aumento de Capital, conforme previsto na Cláusula Terceira do Termo de Resilição Amigável, de 18 de dezembro de 2003, e devido a limitações no formulário do ITR a apresentação desta conta está dentro do grupo de contas de Reservas de Capital no Patrimônio Líquido.
- (4) Em 30 de setembro de 2005, a Companhia e o Estado do Paraná assinaram um acordo formal, cujo processo foi aprovado na 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 13 de setembro de 2005, no qual os saldos dos créditos destinados a futuro aumento de capital, existentes em 31 de dezembro de 2003 e aportes realizados em meses dos exercícios seguintes, devem ser remunerados pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo. Do montante dos encargos reconhecidos, relacionados a esses adiantamentos, R\$61.641 foram capitalizados nos custos das obras em andamento a que estão vinculados e R\$61.799 foram registrados como despesas financeiras, sendo que deste montante, R\$5.579 foram registrados diretamente no resultado da Companhia neste trimestre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 14/08/2006, autorizou proposta para o Estado do Paraná integralizar no capital social da Sanepar créditos para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$554.577, posição em 31/12/2005, conforme estabelece o artigo 87, inciso XX da Constituição Estadual.

A efetivação da integralização de aumento de capital com recursos do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital depende de aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, ainda não ocorrida.

h) Questões Societárias

O Estado do Paraná, acionista majoritário, questiona a validade do acordo de acionistas firmado com a acionista Dominó Holdings S/A, dando a esta o controle administrativo da Companhia, em 1998. A matéria encontra-se sub judice, com processo movido pelo Estado e com liminar deferida pela 2ª vara da Fazenda Pública de Curitiba, suspendendo a eficácia do acordo.

13. Patrimônio Líquido e Recursos para Aumento de Capital -- continuação

h) Questões Societárias -- continuação

A acionista Dominó Holdings instaurou procedimento na Comissão de Valores Mobiliários - CVM contra decisão, de 16 de dezembro de 2003, do Conselho de Administração da Sanepar, de rescisão dos contratos de empréstimos contraídos junto ao Estado do Paraná. A Companhia apresentou resposta à CVM.

Em 14 de setembro de 2005, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou o Decreto Legislativo nº 001/05, que susta, nos termos do disposto no inciso XXVI, do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, os efeitos do acordo de acionistas, celebrado em 04 de setembro de 1998, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A., por ter o referido acordo exorbitado dos limites de delegação legislativa, contida na Lei nº 11.963, de 19 de dezembro de 1997, infringido os dispositivos do inciso XVIII e parágrafo único do artigo 87 da Constituição do Estado do Paraná.

14. Partes Relacionadas

Substancialmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$8.160 para o 3º trimestre de 2006 e R\$8.258 para o mesmo trimestre do ano anterior. Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S.A. e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$29.906 e R\$28.115, durante os terceiros trimestres de 2006 e 2005, respectivamente. Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, o fornecimento de água e esgotamento sanitário, com às quais mantêm contratos de concessões municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, montou de R\$9.252 para o 3º trimestre de 2006 e R\$9.968 para o mesmo trimestre do ano anterior. Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas Prefeituras Municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto a forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto a Companhia.

15. Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foi aprovada pela 42ª/2006 Assembléia Geral Ordinária de 26 de abril de 2006, no montante global de R\$3.411. Para o exercício de 2005, a aprovação se deu pela 41ª/2005 A.G.O. de 25/04/2005, no montante de R\$2.994.

16. Custos dos Produtos e Serviços

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	3º trimestre de 2006		3º trimestre de 2005	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Pessoal	21.060	5.772	16.744	5.153
Materiais	12.920	2.353	8.763	1.789
Energia Elétrica	28.014	2.258	26.856	2.261
Serviços de Terceiros	12.248	5.228	10.418	4.954
Depreciações e Amortizações	16.565	9.152	15.094	8.029
Outros Custos	7.018	2.194	6.785	1.849
Totais	97.825	26.957	84.660	24.035

17. Despesas Comerciais e Administrativas

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	3º trimestre de 2006	3º trimestre de 2005
Comerciais		
Pessoal	9.966	6.826
Materiais	695	372
Serviços de Terceiros	6.305	8.502
Depreciações e Amortizações	1.445	1.321
Perdas na Realização de Créditos	3.748	2.652
Outras Despesas	5.373	1.973
Totais das Despesas Comerciais	27.532	21.646
Administrativas		
Pessoal	38.908	31.106
Materiais	4.247	3.906
Serviços de Terceiros	14.024	11.644
Depreciações e Amortizações	1.968	1.749
Outras Despesas	5.253	5.802
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(11.489)	(8.834)
Despesas Capitalizadas (b)	(7.254)	(7.112)
Totais das Despesas Administrativas	45.657	38.261

a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

a) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

18. Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	3º trimestre de 2006	3º trimestre de 2005
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias e Cambiais Ativas	194	472
Aplicações Financeiras	5.393	4.837
Outras Receitas Financeiras	612	673
Totais das Receitas Financeiras	6.199	5.982
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(15.516)	(14.824)
Variações Monetárias e Cambiais Passivas	(9.565)	(42.563)
Juros e Atualizações Monetárias de Outras Obrigações	(976)	(1.243)
Outras Despesas Financeiras	(99)	(28)
Totais das Despesas Financeiras	(26.156)	(58.658)
Totais das Receitas (Despesas) Financeiras, líquidas	(19.957)	(52.676)

19. Instrumentos Financeiros

A Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como derivativos.

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Disponibilidades: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para disponibilidades, aproximam-se de seus valores de mercado.

Aplicações Financeiras e Depósitos Vinculados: O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras realizadas no Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A., em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal. Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$10.338 (R\$10.171 em 30/06/2006); reserva de recursos financeiros mencionada na nota 8, no valor de R\$19.900 (R\$19.246 em 30/06/2006) que servirá como garantia adicional ao pagamento de pelo menos 3 parcelas vincendas do principal e juros das debêntures, bem como a reserva mencionada na nota 7 no valor de R\$2.832 (R\$1.744 em 30/06/2006).

19. Instrumentos Financeiros -- continuação

Contas a Receber e Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Empréstimos de Longo Prazo: O valor justo dos empréstimos de longo prazo, vinculados ao financiamento do ativo imobilizado, aproxima-se de seus valores contabilizados se comparados com empréstimos correntes similares.

Contrato de Concessão: Estimamos, para fins de divulgação, um ajuste a valor presente, redutor da dívida relacionada ao contrato de concessão de Curitiba em 42,12%, montante de R\$38.006 em 30 de setembro de 2006. Este cálculo utilizou a taxa de 9%, variação da TJLP, em relação a uma projeção anual de variação do IPCA de aproximadamente 6%.

Outras Contas: Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 30 de setembro de 2006. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

No passivo, os itens financeiros estão representados por empréstimos e financiamentos, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 7, as quais também não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento, exceto pela parcela do financiamento vinculado ao US\$ (Dólar Norte Americano) de R\$13.399, para o qual não existe mecanismo de proteção contra eventuais oscilações. Todos os financiamentos, em 30/09/2006, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

O negócio da Companhia, refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 344 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 8,3 milhões de pessoas com água tratada e 4,0 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. Sobre este negócio existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

19. Instrumentos Financeiros -- continuação

Risco de Crédito – praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerada normal para este setor.

A prática do corte de abastecimento não é aplicado ao Poder Público, entretanto, a administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com àquelas que possuam créditos junto a Companhia;

Risco Cambial – a Companhia possui em 30 de setembro de 2006, um empréstimo de R\$13.399 vinculado ao dólar americano (R\$20.244 em 30/06/2006), o qual produziu efeito positivo no resultado acumulado de R\$1.684 até 30/09/2006 (R\$5.384 até 30/09/2005). A exposição cambial passiva, corresponde a US\$6,1 milhões de dólares.

20. Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica

A SANEPAR é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio doença e acidente), como benefício definido, contemplando também os participantes já aposentados e aqueles elegíveis ao benefício de aposentadoria até 31 de dezembro de 2000. Neste trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$2.624 (R\$2.124 no 3º trimestre de 2005) como suplementação à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado Sanesaúde.

20. Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica -- continuação

O Sanesaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de auto gestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 70% pela patrocinadora e 30% pelos participantes ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada participante, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste trimestre o montante de R\$4.799 (R\$4.298 no mesmo trimestre do ano anterior).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pela FUSAN (Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial S.C. Ltda.), o qual emitiu parecer datado de 18 de janeiro de 2006, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da Fundação. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações contidas na NPC 26 do IBRACON, aprovadas pela Deliberação 371 da CVM, foi contratada a Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica, em 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Descrição	Plano de		30/09/2006	30/06/2006
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Curto Prazo	5.293	12.247	17.540	16.924
Longo Prazo	74.097	171.466	245.563	236.940
Totais	79.390	183.713	263.103	253.864

20. Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica -- continuação

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2006, segundo critérios da Deliberação 371 da CVM:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2006
Custo do Serviço Corrente	1.200	6.185	7.385
Custo dos Juros	29.522	24.103	53.625
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(21.413)	(883)	(22.296)
Contribuições dos Empregados	(1.756)	-	(1.756)
Despesas Previstas para 2006	7.553	29.405	36.958

Este valor foi estimado atuarialmente como variação esperada do plano para o exercício de 2006, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado no 3º trimestre de 2006 o montante de R\$9.239 (R\$5.917 no 3º trimestre de 2005). No final do exercício de 2006, será realizada uma nova revisão atuarial, que determinará os ajustes contábeis necessários no plano. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, poderemos realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

A Companhia também mantém operações financeiras junto à FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. A composição total do saldo de financiamentos em 30 de setembro de 2006, registrados como “títulos a pagar”, é de R\$33.187 (R\$33.741 em 30/06/2006), sendo R\$4.494 (R\$4.488 em 30/06/2006) no Passivo Circulante e R\$28.693 (R\$29.253 em 30/06/2006) no Exigível a Longo Prazo.

21. Seguros

A Companhia, em face da natureza de suas atividades, bem como características operacionais, não possui seguro de seus ativos operacionais. Para alguns tipos de bens que apresentam riscos, tais como máquinas, equipamentos e itens do almoxarifado, a Companhia está analisando a contratação de uma empresa seguradora para a realização de um estudo completo de todas as suas instalações, para definição de possíveis riscos e qual o tipo de seguro a ser contratado, sendo que este estudo ainda não foi concretizado até a presente data.

22. Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

A Companhia contratou a empresa *BDO Trevisan Auditores Independentes*, para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício social de 2006 e emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITR's) do 3º trimestre de 2006 e dos 1º e 2º trimestres de 2007. O presente contrato tem um prazo de duração de doze meses, contados a partir de 25 de outubro de 2006.

Durante este trimestre, prestaram apenas serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não foram executados, pelos referidos auditores, outros serviços que não aqueles relacionados aos serviços de auditoria externa.

23. Tarifa Social

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou de no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$5,00 (cinco reais) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$7,50 (sete reais e cinquenta centavos).

Durante o período de janeiro a setembro de 2006, com a implantação da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$48,8 milhões, representando um percentual de 5,3% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No mesmo intervalo de 2005, o impacto foi de R\$42,4 milhões, o que representou um percentual de 4,7% da receita operacional bruta daquele período.

1. Rodízio no Abastecimento de Água

Mesmo com o grande volume de recursos investidos nos últimos anos, na ampliação dos sistemas de reservação e captação de água bruta, a Companhia com o intuito de preservar as reservas de água para abastecimento público e em função da forte estiagem que atinge principalmente a Região Sul do Brasil, implantou, a partir do dia 04/08/2006, rodízio no fornecimento de água tratada em parte da cidade de Curitiba e Região Metropolitana, produzindo um impacto financeiro negativo neste trimestre da ordem de R\$9,1 milhões, que representa um percentual de 3,2% da receita de água e esgoto da Companhia.

O rodízio foi suspenso temporariamente pela Companhia no dia 15/09/2006.

25. Informações por Segmento de Negócios

A Companhia possui dois segmentos claramente identificáveis para divulgação, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento, estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos, não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	Acumulado até Setembro/2006			Acumulado até Setembro/2005		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	656.808	268.746	925.554	641.650	257.931	899.581
Outras Receitas Operacionais	1.024	524	1.548	990	486	1.476
Total da Receita Operacional Bruta	657.832	269.270	927.102	642.640	258.417	901.057
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(44.632)	(23.242)	(67.874)	(45.017)	(22.627)	(67.644)
Receita Operacional Líquida	613.200	246.028	859.228	597.623	235.790	833.413
Custo	(282.157)	(76.722)	(358.879)	(249.868)	(68.802)	(318.670)
Lucro Bruto	331.043	169.306	500.349	347.755	166.988	514.743
Despesas Comerciais	(50.668)	(25.901)	(76.569)	(42.998)	(21.176)	(64.174)
Despesas Administrativas	(91.561)	(46.804)	(138.365)	(75.018)	(36.830)	(111.848)
Resultado Financeiro, líquido	(30.219)	(27.350)	(57.569)	(38.131)	(47.104)	(85.235)
Provisões para Contingências	(3.397)	(1.714)	(5.111)	(9.876)	(4.979)	(14.855)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(18.218)	(9.500)	(27.718)	(11.873)	(5.971)	(17.844)
Outros Encargos Fiscais e Extraordinários	(1.563)	(797)	(2.360)	(1.527)	(772)	(2.299)
Lucro Operacional	135.417	57.240	192.657	168.332	50.156	218.488
Resultado não Operacional	(3.688)	(1.932)	(5.620)	(846)	(416)	(1.262)
Lucro Antes dos Impostos	131.729	55.308	187.037	167.486	49.740	217.226
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.847)	(16.309)	(55.156)	(49.299)	(14.642)	(63.941)
Lucro Líquido do Exercício	92.882	38.999	131.881	118.187	35.098	153.285
Investimentos no Período	168.997	184.098	353.095	129.640	146.372	276.012
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	503.790	474.343	978.133	465.888	421.975	887.863
Imobilizado	1.845.270	1.690.341	3.535.611	1.718.239	1.498.892	3.217.131
Depreciações e Amortizações no Período	(55.452)	(29.584)	(85.036)	(50.661)	(26.835)	(77.496)
Contas a Receber (Curto e Longo Prazo)	208.780	80.450	289.230	196.394	77.303	273.697
Quantidade de Usuários – Não Auditado	2.240.864	982.111	(a)	2.175.068	905.883	(a)
Volume Milhares de m ³ Faturados – Não Auditado	335.078	171.284	(b)	327.905	161.487	(b)

a) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão, praticamente todos incluídos no segmento de água;

a) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

26. Fluxo de Caixa

	Acumulado até Setembro/2006	Acumulado até Setembro/2005
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	131.881	153.285
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades		
Depreciações e Amortizações	85.036	77.497
Custo das Baixas do Ativo Permanente	5.616	1.579
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	10.586	8.014
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(18.712)	(36.324)
Provisão para Contingências	11.225	(4.858)
Juros sobre Financiamentos	62.997	54.560
Variações Monetárias sobre Financiamentos	12.102	12.775
Remuneração dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	34.352	76.411
Redução (Aumento) dos Ativos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(18.898)	(38.296)
Impostos e Contribuições a Recuperar	19.053	24.266
Depósitos Judiciais	(10.704)	(10.146)
Estoques	1.314	(268)
Depósitos Vinculados	(4.296)	(2.895)
Outros Créditos e Contas a Receber	(11.343)	(3.556)
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais		
Empreiteiros e Fornecedores	1.182	9.830
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	27.718	17.844
Contratos de Concessão	(1.038)	680
Impostos e Contribuições	(271)	24.323
Salários e Encargos a Pagar	12.870	7.628
Títulos a Pagar	(1.403)	(480)
Outras Contas a Pagar	5.075	1.432
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	354.342	373.301
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	(214)	-
Aplicação no Imobilizado	(353.094)	(278.213)
Doações e Subvenções (Aplicadas no Ativo Permanente)	6.491	5.041
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Investimentos	(346.817)	(273.172)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	160.323	128.632
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	18.653	18.601
Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio	(22.261)	(26.228)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(63.105)	(54.518)
Amortizações de Financiamentos	(92.967)	(73.447)
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Financiamentos	643	(6.960)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES		
	8.168	93.169
No Início do Exercício	115.682	22.847
No Final do Exercício	123.850	116.016

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
Curitiba - PR

- 1 Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITR da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR correspondentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2006, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e operações da Companhia.
- 3 Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais - ITR referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- 4 As Informações Trimestrais - ITR possuem dados contábeis relativos aos trimestres findos em 30 de junho de 2006 e 30 de setembro de 2005, que foram por nós revisados, e cujos relatórios de revisão especial emitidos em 08 de agosto de 2006 e 10 de novembro de 2005 respectivamente, não continham ressalvas.

Curitiba, 1º de novembro de 2006

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-Contador
CRC 1SP178871/O-4 "S" PR
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

Marcello Palamartchuk
Sócio-Contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7/8